

Manejo Florestal Comunitário

**Segunda Oficina sobre
Manejo Florestal Comunitário**

*Marabá, 27 de setembro a 1 de outubro
1999*

redação:

Mauro J. Capóssoli Armelin

colaboração:

Domingos Macedo

Manuel Amaral

Tasso Azevedo

Maria José Gontijo

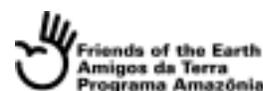
revisão de texto:

Tatiana Corrêa

diagramação e capa:

Luciane Simões

São Paulo - SP
Julho, 2000



CONTATOS:

Amigos da Terra - Amazônia Brasileira

Mauro J. Capóssoli Armelin
Rua Bento de Andrade, 85
04503-010 São Paulo - SP
E-mail: foema@terra.com.br
Tel (11) 3887-9369
Fax (11) 3884-2795

Programa Natureza e Sociedade - SUNY/WWF

Maria José Gontijo
SHC Norte, CL Quadra 202, Bloco B, sala 105
70832-525 Brasília - DF
E-mail: mjgontijo@persocom.com.br
Tel (61) 327-7525
Fax (61) 321-6333

Este relatório também está disponível em formato eletrônico no site:



INTRODUÇÃO

As comunidades da América Latina estão se organizando para usar suas florestas de forma sustentável. Trata-se, provavelmente, do mais significativo e promissor avanço conceitual, em termos sociais e ambientais, na última década. O desafio que estes empreendimentos estão enfrentando é sem precedentes. Como viabilizar o manejo na pequena escala? Como treinar os atores locais? Como ter acesso à tecnologia para o beneficiamento? Como chegar ao sistema de crédito? Como atingir a certificação? Como alcançar o mercado? Em suma, aqui está o resumo dos dilemas do desenvolvimento sustentável. Recentemente, com o objetivo de aproveitar as experiências dos outros países, nossa entidade tornou-se ponto focal de uma possível futura rede sobre manejo comunitário envolvendo grupos de países tais como Costa Rica, Colômbia, Chile e Equador.

Na Amazônia brasileira, estamos às vésperas da terceira oficina de intercambio entre as comunidades pioneiras que estão escrevendo esse novo capítulo da história da região. Para tanto é importante, com esse relatório, resgatarmos o estágio da discussão desenvolvida até agora. Vale a pena também chamar a atenção para o fato que esse processo produziu uma amplíssima parceria entre instituições da mais variada natureza, promovida inicialmente pelo Programa Natureza e Sociedade, da SUNY/WWF. Hoje, contando com o trabalho técnico do Imazon e o apoio de várias agências de cooperação, o manejo comunitário tornou-se uma das prioridades até em um programa de governo, o Pró-Manejo, no âmbito do PP-G7.

Roberto Smeraldi
Amigos da Terra - Amazônia Brasileira

1. A INICIATIVA

Muitas estratégias de conservação dos recursos naturais são limitadas a um caráter meramente preservacionista, excluindo as populações locais e tradicionais que habitam as florestas ou que delas dependem para a sobrevivência. Tais estratégias não consideram o conhecimento das populações locais sobre o manejo de florestas nativas nem o potencial de produção dessas áreas florestadas, o que, por sua vez, contraria o conceito do desenvolvimento sustentável (Diegues, 1991).

Por um lado, a floresta amazônica é considerada a nova fronteira agrícola e a maior reserva madeireira do País. Por outro, é vista como a principal reserva florestal tropical do mundo para fins de conservação dos recursos naturais. Viabilizar economicamente a utilização da floresta, sem convertê-la para sistemas agrícolas, constitui hoje o maior desafio para as políticas de desenvolvimento.

A indústria madeireira amazônica é marcada pela grande devastação que promove e por possuir um dos menores índices de aproveitamento dos recursos florestais (Vidal, 1997). Na Amazônia, os pequenos proprietários, ao desenvolverem o manejo florestal sustentável em suas propriedades, podem desempenhar um papel importante na conservação dos recursos florestais. Através deste tipo de manejo é possível diversificar as fontes de renda, conferindo valor econômico à floresta. Desta forma, o manejo florestal sustentável passa a ser uma atividade econômica potencialmente mais atrativa para o pequeno proprietário do que a pecuária e ou a agricultura convencional.

A II Oficina de Manejo Florestal Comunitário, promovida pelo Programa Natureza e Sociedade - Suny/WWF, com a colaboração dos Amigos da Terra - Programa Amazônia, Imaflora, Imazon e Lasat, representou uma iniciativa para enfrentar parte deste desafio, já que há elementos que demonstram a viabilidade do manejo florestal, em pequena ou grande escala. O evento foi financiado por US-Aid, GTZ- Programa de Certificação, PD/

A e Pró-Manejo (PP-G7). A oficina foi realizada em Marabá, nas instalações da FATA (Fundação Agrária do Tocantins Araguaia), no período de 27 de setembro a 1º de outubro, com o objetivo de propiciar um *fórum* de discussão para as iniciativas de Manejo Florestal Comunitário (MFC), possibilitando desta forma a troca de experiências, a atualização sobre os temas que envolvem as atividades relacionadas e a oportunidade de buscar, em conjunto, soluções para os problemas comuns.

A decisão de realizar as oficinas no município sede um projeto de manejo florestal comunitário tem-se mostrado bastante interessante. Do ponto de vista educacional, é uma forma de discutir com os participantes o contexto histórico, econômico e social do projeto em questão, bem como proporcionar uma atmosfera rural para os representantes das comunidades convidadas.

Iniciativas como esta são fundamentais para que as experiências comunitárias não permaneçam isoladas. Mesmo com todos os esforços para torná-las bem-sucedidas, a falta de informações relacionadas ao licenciamento e comercialização contribui para inviabilizar os projetos de MFC.

2. OS PARTICIPANTES

A agenda da II Oficina foi formada para atender a dois públicos distintos porém extremamente interligados, a saber: os técnicos florestais e os próprios comunitários envolvidos em projetos de manejo florestal. Nesse caso, deixaram de ser contemplados com temas específicos os pesquisadores, consultores e representantes das agências financiadoras presentes, os quais foram envolvidos nas diferentes atividades como facilitadores e até mesmo como observadores.

O elevado número de participantes (em média 70 pessoas) e as diferentes formações e níveis de experiência relacionados ao MFC ocasionaram alguns problemas de entendimento sobre os temas tratados, representando uma dificuldade para os facilitadores.

As figuras 1 e 2 mostram os vários grupos, assim como a Região e o Estado de origem dos participantes da oficina.

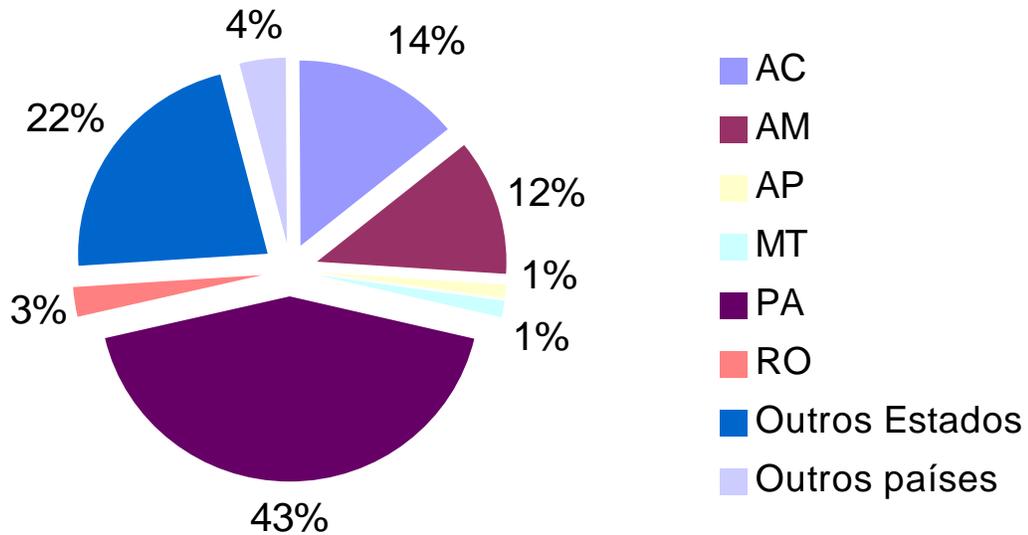


Figura 1. Participantes dentre os diversos grupos de interesse envolvidos com o MFC.

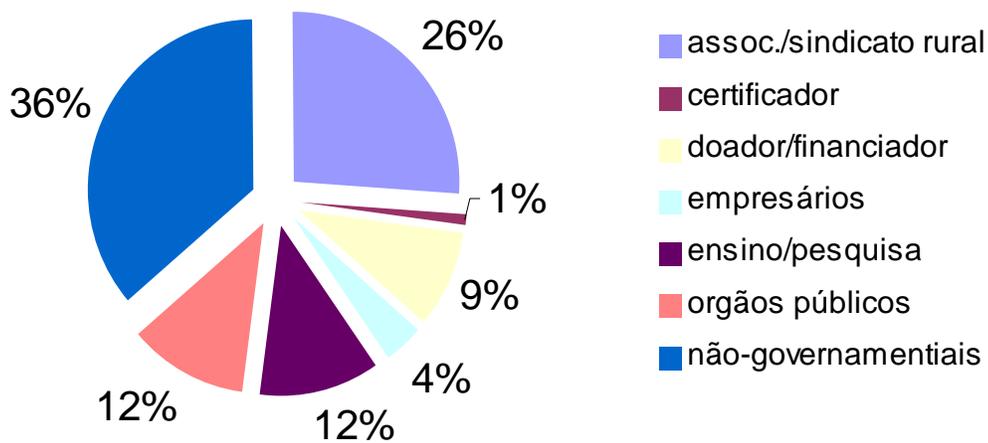


Figura 2. Origem dos participantes.

As iniciativas comunitárias que participaram da II Oficina também eram bastante distintas em relação à organização, situação fundiária, tipo e origem da população. Os tipos de projetos também variavam bastante no que se refere à origem do financiamento, recursos naturais explorados (e seu

gerenciamento) e estratégias previstas para a fase de comercialização.

O Anexo apresenta a lista com os nomes e endereços dos participantes.

3. A SITUAÇÃO DAS PRINCIPAIS INICIATIVAS DO MFC NO BRASIL

Projeto Entidade (Comunidade)	Local e ano de início	Tipo de Floresta Manejada	Área de Abrangência do Projeto	Modelo de Exploração Aplicado	Situação Fundiária	Situação do Plano de Manejo	Situação de Financiamento (anos de apoio)	Observações
Mamirauá Instituto Mamirauá (Ribeirinhos)	Tefé AM 1996	Florestas de Várzea do Alto Solimões	260.000 ha	Exploração seletiva manual	Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Estadual	Já aprovado	Financiado CnPQ, DFID, ProManejo (5 anos)	O projeto já iniciou a exploração florestal.
Rio Cautão OSR - Ecoporão (Extrativistas)	Costa Marques Vale do Anar Machadinho do Oeste (todos em Rondônia) 1995	Floresta de Terra Firme	964 ha/ano	Exploração seletiva mecanizada e manual	3 Reservas Extrativistas Estaduais	4 planos de manejo florestal já aprovados	Financiado WWF/SIDA, PDA/MMA	
Porto de Moz Laet (Ribeirinhos)	Porto de Muz - PA 1997	Floresta de Terra Firme na região do Estuário	13.700 ha	Exploração seletiva mecanizada e manual	Área em processo de demarcação	Em elaboração	Financiado Comunidade Europeia (3 anos)	Zoneamento participativo em fase de andamento.
Kayapó (grupo indígena)	Redenção - PA	Floresta de Terra Firme	250.000 ha	Exploração seletiva manual	Terra indígena demarcada	Em elaboração	Financiado Conservation International	
Flona do Tapajós Asmiprut, Aita, PSA, STR Belterra (Agricultores e Ribeirinhos)	Belterra PA 1996	Floresta de Terra Firme	76.683 ha	Coleta sustentável de óleo de andiroba e copaíba	Floresta Nacional	Em fase final de elaboração	Financiado ProManejo (5 anos)	
Marabá Lasat (Agricultores)	Municípios ao longo da Transamazônica 1993	Floresta de Terra Firme	340 ha em três municípios	Exploração seletiva mecanizada	Áreas de ocupação de pequenos agricultores	Em tramitação no Ibama	Financiado PDA/MMA (2 anos)	Já receberam o licenciamento da serraria portuária pela SECTAM.
Pedro Peixoto Embrapa (Agricultores)	Pedro Peixoto AC 1995	Floresta de Terra Firme	440 ha	Exploração seletiva mecanizada	Projeto de colonização oficial (reserva legal)	Aprovado	Financiado Embrapa	Aquisição de serraria portuária.
Porto Dias CTA (Extrativistas)	Acrelândia AC 1995	Floresta de Terra Firme	3.000 ha	Exploração seletiva mecanizada	Projeto de assentamento extrativista	Aprovado pelo Ibama Imac	Financiado PDA/MMA, Comunidade Europeia	No ano 2000 pretende começar a exploração em 1000 ha.
Gurupá Fase (Agricultores e Extrativistas)	Gurupá PA 1994	Floresta de Terra Firme	860.000 ha	Exploração seletiva de baixa intensidade	Áreas comunitárias em processo de legalização	Em tramitação no Ibama	Financiado Comunidade Europeia	Esta em discussão o processo de vistoria do projeto com o Ibama.
Arapiuns Ipam (Agricultores Extrativistas)	Santarém PA 1996	Floresta de Terra Firme	Sem informação	Exploração seletiva mecanizada	Reserva Extrativista Estadual	A ser elaborado	Sem informação	
Xikrin do Catetó ISA (grupo indígena)	Parauapebas - PA 1995	Floresta de Terra Firme	40.000 ha	Exploração seletiva mecanizada	Terra indígena demarcada	Aprovado pelo Ibama	Financiado Cia. Vale do Rio Doce ProManejo (4 anos)	Início do corte de madeira previsto para este ano.
Boa Vista do Ramos Imafloa (Ribeirinhos)	Boa Vista do Ramos Rio Cururu - AM 1998	Floresta de Terra Firme	5.000 ha	Exploração seletiva mecanizada	Áreas comunitárias em processo de legalização	Em fase de diagnóstico	Financiado ELF, Loteria Inglesa Fund. Ford	Mapeamento participativo concluído. Fortalecimento das associações em andamento.
Uruarú Fundação Viver, Produzir e Preservar (Agricultores)	Uruarú PA 1999	Floresta de Terra Firme	12.000 ha	Exploração seletiva mecanizada	Projeto de colonização oficial (reserva legal)	Em fase de diagnóstico	Financiado PDA/MMA	Está sendo concluído um levantamento da documentação dos lotes dos agricultores que participarão do manejo.
F. E. Antimary Funtac	Bujari AC 1998	Floresta de Terra Firme	1.070 ha	Exploração seletiva mecanizada	Floresta Estadual	Aprovado pelo Ibama Imac	Financiado ITTO	Para 2001 pretende-se aumentar a área de manejo em mais 2000 ha.

Tabela 1. Atualizada por Domingos Macedo - Pró-Manejo, junho de 2000.

5. A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO SOCIAL E LOCAL PARA O MFC

O tempo dedicado aos aspectos sociais nesta oficina foi bem mais longo do que na I Oficina, em 1998, no Acre. Isso faz parte de uma estratégia

de longo prazo para incentivar os técnicos florestais a prestarem atenção em tais aspectos não apenas na fase de elaboração dos projetos, mas também ao longo de toda sua aplicação e desenvolvimento.

A estratégia adotada pelo facilitador, tal como o uso dos mapas desenhados pelos grupos, mostrou-se bastante eficiente para que os participantes entendessem a dinâmica e a importância do contexto social e local, bem como as relações das comunidades e projetos com o ambiente ao redor. A temática dos fatores de agregação e de conflito não obteve bons resultados. Talvez porque esses fatores necessitem de uma análise aprimorada e de um maior envolvimento do facilitador com os grupos, o que não foi possível por causa do grande número de participantes. Também é possível que a ferramenta (a montagem de uma lista) usada para explicar esses conceitos não fosse a mais adequada. Além disso, ficou claro que, por razões diversas, não é fácil para o grupo admitir ou lidar com os conflitos como algo natural em qualquer sociedade.

A discussão sobre os diferentes objetivos dos projetos foi muito instrutiva para que os grupos entendessem os diferentes interesses dos atores envolvidos (agências financiadoras, comunidades ou ONGs) ou ainda a relação entre esses atores e o valor relativo dos projetos para as comunidades. O êxito das iniciativas de MFC depende quase exclusivamente da interação adequada entre seus aspectos técnicos e sociais. Tal interação, por sua vez, depende tanto dos técnicos envolvidos quanto da própria comunidade.

Geralmente, a primeira atividade desenvolvida pelos profissionais ligados aos projetos de MFC é a simples realização de levantamentos florestais. No entanto, o principal aspecto do MFC é o direito ao uso da terra. A não observação deste aspecto pode inviabilizar o projeto, rápida ou imediatamente, em virtude dos possíveis conflitos dentro da própria comunidade.

O MFC também depende da existência de alguma forma de organização comunitária, e sua viabilidade está proporcionalmente relacionada às normas referentes ao uso do bem comum. Desta maneira, a participação da comunidade na elaboração e implementação de tais normas é essencial para a eficiência de todo o processo.

A participação de todos os envolvidos na fase de elaboração do projeto é uma condição para garantir que suas normas sejam funcionais e viáveis. Normas impostas por um grupo de famílias dominantes, ou mesmo pela coordenação do projeto, sem a participação dos comunitários, tenderão a tornar-se inviáveis ao longo do tempo. O entendimento, por parte dos técnicos envolvidos no projeto, das regras tradicionais de uso dos recursos naturais deveria ser o primeiro passo de qualquer novo projeto de MFC.

Assim, as formas de organização já existentes devem ser preservadas e entendidas. O projeto deve incorporar algumas dessas regras, com o objetivo de fortalecer e aprimorar a forma de organização eleita pela comunidade.

Outro aspecto relacionado ao contexto local e ao desenvolvimento de novas iniciativas de MFC é a situação fundiária. A regularização fundiária é um dos fatores determinantes do sucesso dos projetos de MFC, tanto para o licenciamento de um projeto quanto para garantir que o acesso ao recurso florestal pelos comunitários seja respeitado, valorizando assim a floresta produtiva e o manejo sustentável dos recursos florestais.

Os itens a seguir foram citados como sendo os mais importantes para o manejo florestal comunitário do ponto de vista social e local: (i) regularização fundiária; (ii) fortalecimento das instituições comunitárias; e (iii) manutenção do diálogo a cerca dos conflitos que poderão ocorrer durante a execução dos projetos.

6. A COMUNIDADE E A NOVA ALTERNATIVA OFERECIDA PELO MFC

O MFC está ganhando o reconhecimento tanto dos governos quanto das agências financiadoras como uma estratégia importante para combinar alternativas que durante muitos anos estiveram em lados opostos, ou seja, desenvolvimento rural e conservação dos recursos florestais. No Brasil, as experiências são recentes; somente cinco desses projetos possuem mais de quatro anos.

As populações tradicionais e as novas comunidades formadas em áreas de floresta possuem um importante papel na conservação dos recursos florestais. Pois, na maioria das vezes, conhecem os mecanismos naturais de sucessão florestal e as limitações da floresta. Além disso, cada vez mais estão ocupando os espaços que lhes são oferecidos para a discussão das políticas florestais e normas de utilização do solo. Tal reconhecimento as credencia como naturais manejadores da floresta e agentes promotores da conservação dos recursos florestais.

A consciência dos problemas que a agricultura sofre (por exemplo, baixa produtividade após poucos ciclos de plantio, escoamento e comercialização da produção e problemas relacionados ao licenciamento para o desmatamento de áreas na região amazônica) e a aptidão natural para a produção madeireira forçaram a busca por novas alternativas para o sustento das unidades familiares. O MFC representa hoje uma oportunidade para o desenvolvimento regional através do uso sustentável dos recursos florestais, o qual oferece principalmente aos pequenos proprietários a chance de desenvolver uma nova fonte de renda e conservar os recursos naturais.

As razões para adotar esse instrumento incluem: (i) a conservação da floresta; (ii) a possibilidade do aumento das receitas durante o ano; e (iii) a diversificação das formas de uso da terra, considerando-se a aptidão natural da área. A comercialização de madeira, e não somente de toras, juntamente com a perspectiva de sustentabilidade utilizando-se as técnicas mais adequadas de manejo, tornam-se fatores determinantes para a escolha e adoção pelas comunidades da alternativa apresentada pelo MFC.

O MFC não pretende substituir a agricultura e o extrativismo, mas sim complementar a renda já propiciada às famílias por estas atividades. De fato, atualmente as comunidades não procuram substituir suas atuais atividades, mas sim aumentar o leque de opções para a formação e incremento da renda familiar.

Acredita-se que existe hoje uma forte consciência em torno da vulnerabilidade do sistema florestal, uma vez que a capacidade de produção da floresta é limitada. O recurso florestal e todos os seus sistemas correlatos esgotar-se-ão se forem explorados além deste limite. Essa conclusão faz parte do discurso de várias lideranças comunitárias que participavam da oficina.

Embora a possibilidade de ganhos rápidos com a produção madeireira predatória seja conhecida, também existe a consciência de que esta forma de exploração poderá esgotar a floresta. Nas comunidades onde foi ou está sendo implementada uma iniciativa de MFC, a idéia da floresta inacabável deixou de existir. Essa consciência parece ser um dos fatores determinantes para que os projetos de MFC obtenham sucesso e sustentabilidade.

7. A COMERCIALIZAÇÃO E O MERCADO

As principais questões relativas à comercialização dizem respeito à forma pela qual ela deverá ser realizada e à definição do responsável pela introdução dos produtos do MFC no mercado. A maioria dos projetos ainda não alcançou a fase da comercialização e tampouco possui uma estratégia definida neste sentido. Esta situação pode ser analisada através da Tabela 2, a qual mostra a abordagem diferenciada de cada projeto sobre a comercialização. Geralmente, os técnicos também se tornam comerciantes.

O debate com os convidados - e potenciais compradores - Etel Carmona (*Etel Design*), Marcos Avedissian (*Básica*) e André Marx (*André Marx Design e Meio Ambiente*) mostrou o quanto o mercado de produtos diferenciados é exigente.

Os compradores apontam a falta de exatidão das informações sobre o produto fornecidas durante a negociação (geralmente realizada através de telefonemas) como um dos maiores obstáculos para o estabelecimento de um canal regular de comercialização. As informações sobre as características do produto devem ser reais e exatas,

pois diferenças entre “o combinado e o entregue” podem inviabilizar, logo na fase inicial, qualquer chance de novos negócios.

No momento da negociação é necessário caracterizar as madeiras originárias das diversas espécies quanto à cor, densidade e aceitação de tingimento, a fim de facilitar a comercialização. Portanto, a adoção de um padrão de cores e a difusão deste padrão através de tabelas, para um entendimento mais claro e seguro entre os interlocutores, pode representar uma alternativa eficaz para a redução dos problemas relacionados à comunicação sobre as características da madeira. O padrão de medida para o processamento foi outro ponto considerado determinante para o sucesso dos futuros negócios. As unidades de medida podem variar conforme o combinado entre o fornecedor e o comprador. É inaceitável, no entanto, a entrega de produtos fora dos padrões de medida combinados na fase de negociação.

Os “atravessadores”, ou compradores regionais e locais, são, num primeiro momento, a alternativa mais viável para a comercialização da madeira proveniente dos projetos de manejo comunitário, uma vez que o outro mercado, representado pelos convidados que compareceram à II Oficina, parece ainda bastante distante da realidade dos projetos. Entretanto, a participação de *designers* de um mercado extremamente sofisticado mostrou que a agregação de valor aos produtos pode ocorrer de duas formas: através da transformação da matéria-prima ou através de sua divulgação pela mídia, a qual destacaria sua origem e forma de obtenção.

A criação de um “Programa de Divulgação do MFC” para a mídia, enfatizando os aspectos sociais e técnicos do manejo e da certificação, poderá sensibilizar o consumidor final. Os consumidores ainda não conhecem ou entendem essas novas estratégias nem tampouco sua importância para o desenvolvimento sustentável no Brasil. Portanto, os empresários e *designers* que participaram da II Oficina podem desempenhar um papel importante no esclarecimento dessas estratégias.

Num segundo momento, os projetos de MFC podem credenciar-se como potenciais fornecedores de madeira para o exigente mercado de produtos diferenciados, já que as questões relacionadas à pequena escala de produção e regularidade no fornecimento não atendem ao mercado tradicional (no qual a qualidade também é exigida, mas a padronização relativa ao uso de somente determinadas espécies comerciais mais conhecidas não é importante).

O plano de negócios elaborado pelo Instituto Socioambiental (ISA) junto aos índios Xikrin, o qual analisou a viabilidade econômica do projeto considerando as características de produção e origem dos produtos, pode servir como exemplo para todos os outros projetos de MFC. Nesse caso, foram analisadas as oportunidades de venda de árvores em pé, serradas ou beneficiadas. Concluiu-se que, num primeiro momento, dadas as condições culturais e econômicas dos indígenas, o mais viável seria a venda de árvores em pé.

A falta de um plano de negócios bem-elaborado estimula a improvisação, tornando incertos o futuro e a sustentabilidade dos projetos. Portanto, é necessário investir em recursos humanos de maneira que estes possam assessorar os projetos nos seus planos de negócios, sejam nos estágios iniciais ou nos estágios mais avançados. Além disso, é importante considerar os diferentes fatores sociais que causam impactos no negócio e na sua relação com as comunidades locais.

Tabela 2. As características de comercialização de cada projeto.

Projeto	Estratégias de comercialização
Fase Gurupá	Contato com outros projetos e compradores. Possuem gerência de comercialização e planejamento, que também busca novos recursos para financiar o projeto. O mercado local pode absorver a produção.
Ecoporó	Pesquisa de mercado realizada pelo WWF levantando as várias alternativas de comercialização, bem como os produtos a serem oferecidos. A comercialização de toras apresentou-se como a alternativa mais interessante nesta fase. Possuem um especialista em comercialização que cobra 5% do total comercializado.
CTA	A comercialização é responsabilidade do corpo técnico, sendo comercializadas cerca de 25 espécies. Não possuem planos de negócios nem planilhas de custo. A falta de recurso humano especializado em comercialização já é sentida.
Ipam	Ainda não chegaram fase de comercialização. Além disso, ainda não possuem nenhuma estratégia.
ISA Xikrin	Características culturais e exigências de qualidade e quantidade foram a parceria com o madeireiro que colhe, serra e seca. A comercialização é feita pela associação indígena local. Ainda não conhecem a viabilidade e o retorno econômico da atividade.
CI Kayap	Terceirizam a exploração, comercializam somente toras tendo como principal mercado os madeireiros de Redenção. A comercialização é feita pelas lideranças indígenas.
Lasat	Comercialização realizada pelo corpo técnico do projeto. Não possuem estudo de mercado, baseiam-se em dados coletados por outros projetos.
Embrapa - Pedro Peixoto	Comercialização realizada pelo corpo técnico. Não possuem estudo de mercado nem estratégias de comercialização. Encontram dificuldades na introdução das espécies menos conhecidas comercialmente.
CPI - Acre	Comercialização não é foco do projeto.
Imaflora BVR	Estão terminando a construção do projeto. Pretendem fortalecer, através de treinamentos, as associações locais para a comercialização.
Funtac Antimari	A Funtac realizará estudo de mercado.
Xapuri	A Prefeitura tem a intenção de criar um polo moveleiro para consumo e agregação de valor produção.
Mamirauá	Atualmente a comercialização é feita no sistema de aviamento. A organização do projeto tenta mudar esta forma de comercialização negociando melhores preços com os compradores e buscando novos mercados.
Agricultores da Transamazônica	As florestas são garimpadas. Participam do encontro para buscar novas informações sobre o MFC e tentar encontrar alguma ONG interessada em auxiliá-los na implementação do projeto de MFC.

8. O MFC E O “SELO VERDE”

A maioria dos projetos ainda se encontra nas etapas de planejamento geral e de planejamento pré-exploratório. As condições impostas pelos Padrões de Certificação já deveriam estar sendo incorporadas nessas fases. Isto facilitaria ou até mesmo encurtaria os prazos para o processo de certificação, a qual oferece oportunidade de alcançar novos mercados, especialmente o de produtos diferenciados.

Uma consulta aos certificadores nas etapas citadas acima seria de grande valia para que os projetos

de MFC possam tornar-se potenciais produtores de madeira certificada.

Ao provocar essa demanda, os projetos de MFC também estarão colaborando para o aprimoramento dos padrões de certificação que estão sendo desenvolvidos para a floresta amazônica de terra firme. Esses projetos representam a oportunidade para o grupo de trabalho do FSC-Brasil atingir novos interlocutores e experiências em diferentes localidades dos novos Estados da Amazônia.

A certificação socioambiental, ou “selo verde” como é normalmente chamada, é uma alternativa capaz de oferecer um diferencial aos produtos do MFC. A certificação, num primeiro momento, oferece a oportunidade de agregar valor ao produto através de um sobre-preço, o qual poderia ser alcançado atualmente, dada a escassez de madeiras certificadas no mercado.

Considerando o momento oportuno é necessário desenvolver esforços significativos para que a certificação das unidades de manejo possa ser realizada naqueles projetos que já estão na etapa de exploração florestal.

8.1 As impressões dos comunitários a respeito da certificação socioambiental

Durante o dia de campo, realizado na comunidade do Sítio Novo em Marabá/PA, discutiu-se, com um grupo de 20 comunitários representando cerca de 10 diferentes projetos de MFC, a origem da certificação florestal e, principalmente, o seu objetivo de identificar bons manejadores da floresta e produtos florestais.

A certificação é uma forma de diferenciar os tipos de exploradores da floresta. Por exemplo, há alguns anos a comunidade vem desenvolvendo um projeto para extrair madeira de forma sustentável, entretanto concorre com os madeireiros locais que “destroem a floresta e não pagam nada pela madeira”. A certificação também pode diferenciar as pessoas que mesmo não pertencendo às madeiras não cuidam bem de suas florestas.

A discussão desse ponto é importante, uma vez que a certificação oferece ao comprador do produto a garantia de apoio a projetos e iniciativas ambientalmente adequados e socialmente justos. Após ter atingido esse grau de entendimento a respeito dos objetivos da certificação, o próximo ponto discutido foi o conceito de padrões. Através de um exercício simples de descrição e discussão dos pontos considerados importantes para a realização de um bom manejo, os comunitários criaram padrões para um “selo comunitário”. Entre

os pontos considerados importantes estão: controle de caça, corte direcionado das árvores, comprovação do direito de posse e uso da terra, respeito às legislações, uso de equipamentos de segurança, realização de inventários e estudo dos dados, obediência ao ciclo de corte, entre outros. No total, mais de 30 itens foram levantados.

Através de uma entrevista, um dos projetos foi “avaliado” utilizando como padrão os critérios sugeridos pelos próprios comunitários. Durante a entrevista foram indicados os pontos positivos e aqueles que ainda precisavam ser melhorados para a “aprovação” do projeto como um exemplo de bom manejo florestal. Os comunitários concluíram que ainda precisavam melhorar cinco itens para a sua total aprovação. Assim, acabaram por desenvolver o conceito de precondições, que foi brevemente discutido.

Ao comparar esses itens com os critérios, notamos que todos os princípios e a essência dos critérios de certificação do FSC haviam sido observados. O exercício mostrou que o conteúdo dos Princípios e Critérios do FSC é facilmente compreendido, dependendo apenas da maneira pela qual é apresentado. Talvez no futuro seja interessante “traduzi-lo” na forma de uma cartilha.

Entretanto, alguns aspectos técnicos do projeto ainda precisam ser aprimorados para a certificação, principalmente aqueles relacionados aos impactos causados pelo arraste de toras que utiliza equipamento inadequado. Outra constatação importante foi a falta de “seguro social” dos comunitários envolvidos com o projeto. Uma alternativa possível seria a criação de um fundo coletivo para atender a todos os projetos.

9. MANEJO DE PRODUTOS FLORESTAIS NÃO-MADEIREIROS (PFNMs)

A discussão sobre o manejo de PFnMs foi conduzida pelo Prof. Ademir Reis, do Núcleo de Pesquisas em Florestas Tropicais - NPFT da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ademir Reis argumenta que a viabilidade de um sistema de manejo em regime de sustentabilidade deve prever o uso múltiplo da floresta, ou seja, que sejam exploradas espécies para múltiplos usos, cabendo ao manejador estudar as potencialidades do ecossistema e explorar o maior número possível de produtos, principalmente os não-madeireiros.

Após uma apresentação dos resultados da pesquisa com a palmeira *Euterpe edulis*, iniciada em 1984, pelo grupo de pesquisadores da UFSC, o Prof. Ademir Reis dividiu os grupos entre técnicos e comunitários pedindo que ambos listassem os problemas e as soluções sugeridas.

O resultado da seção pode resumido desta forma:

Grupo de técnicos

- a) A necessidade de regulamentação da legislação de PFNMs;
- b) Todas as explorações ainda são feitas de maneira informal;
- c) Há uma grande pressão social para que todos os produtos florestais sejam regulamentados;
- d) Previsão de que a pressão aumente com a lei de acesso e patentes;
- e) A Amazônia apresenta, por causa das distâncias e falta de pessoal de fiscalização, uma grande dificuldade no acompanhamento dos planos de manejo de PFNMs;
- f) Sugeriu-se, ao exemplo do que acontece em São Paulo, um estudo técnico para um novo PFNM, antes de sua liberação. Além disso, que se verifique a viabilidade do poder público assumir este tipo de estudo;
- g) Sugeriu-se um evento dedicado à Amazônia para discutir especificamente PFNMs. Este evento deve tratar de legislação, tributos, escalas de exploração, planos de manejo, leis de patentes etc.;
- h) Discutiu-se a necessidade de extensão florestal e de políticas florestais para os Estados e municípios.

Grupo de comunitários

- a) Falta de conhecimento em legislação, vigilância sanitária, tributos, mercado etc.;
- b) Grande desarticulação das bases;
- c) Falta de conhecimento na utilização dos recursos naturais.

Possíveis soluções indicadas

- a) Capacitação de pessoal, assistência florestal, desenvolvimento de tecnologias adequadas, valorização do conhecimento das comunidades;
- b) Estudo de viabilidade dos PFNMs;
- c) Fortalecimento das organizações sociais envolvidas;
- d) Programa de assistência florestal;
- e) Criação de um banco de dados sobre PFNMs;
- f) Criação de linhas de financiamento para as comunidades;
- g) Incentivo às parcerias;
- h) Criação de demanda para os PFNMs dentro do manejo comunitário.

10. ASPECTOS TÉCNICOS DO MFC

Os projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia, em geral, apresentam em seus planos de exploração a execução de técnicas de manejo já desenvolvidas por instituições como Imazon, Embrapa e Fundação Floresta Tropical.

As atividades do manejo têm início antes da extração das árvores, com o inventário florestal 100% e o mapeamento das árvores a serem extraídas, estradas e pátios de estocagem. Segue-se o planejamento cuidadoso dos ramais de arraste e do local para onde as árvores devem ser derrubadas. Por último, técnicas apropriadas de corte das árvores e arraste das toras são utilizadas. Em alguns projetos, realiza-se uma etapa de pré-beneficiamento das toras ainda na floresta.

Durante as discussões, constatou-se a inexistência de intercâmbio entre os projetos, bem como a falta de divulgação dos resultados de algumas experiências mais avançadas. Em geral, a discussão em conjunto entre os projetos de MFC ocorreu com maior frequência durante a I Oficina sobre Manejo Florestal Comunitário.

Observou-se também a existência de semelhanças entre os projetos tanto em relação aos problemas enfrentados quanto a sua forma de resolução. Os principais problemas técnicos apresentados nas discussões com os comunitários, técnicos e observadores foram: i) qualificação de mão-de-obra; ii) descrédito de parte da comunidade quanto à viabilidade do projeto; iii) tempo excessivo entre planejamento e execução das atividades; e iv) falta de maquinário e equipamentos apropriados para o manejo florestal em pequena escala.

Realizou-se um dia de campo com os representantes das comunidades e técnicos, cujo objetivo era a troca de experiências entre os projetos. Os participantes foram divididos em 2 grupos, de aproximadamente 20 pessoas cada, sendo um somente de comunitários e outro de técnicos e observadores. A área estava sendo preparada para ser explorada no verão de 2000, e já haviam sido feitas as atividades de inventário florestal e corte de cipós.

Na dinâmica adotada, um representante da comunidade visitada fez uma breve apresentação do histórico de ocupação e uso da área. Em seguida, discorreu-se sobre os objetivos do manejo e principais desafios para a condução das atividades. Por último, uma sessão de perguntas e comentários sobre as demais experiências foi aberta, na qual o debate estabeleceu uma comparação entre as iniciativas, buscando os pontos em comum para a orientação dos técnicos e comunitários envolvidos com os projetos.

Os principais resultados do dia de campo com os comunitários e técnicos foram os seguintes:

a) Os comunitários demonstraram entusiasmo ao participar do debate, inclusive discutindo

aspectos conceituais de manejo florestal, os quais eram ainda pouco entendidos;

- b) Os comunitários sugeriram a realização de outras “visitas de intercâmbio” entre os projetos, com o objetivo de aprofundar o debate a respeito das questões técnicas do manejo florestal comunitário;
- c) A demanda por treinamentos nos projetos que já estão em execução foi bastante enfatizada;
- d) A adequação do maquinário utilizado para arraste das toras ainda se constitui no principal desafio técnico a ser superado. O uso dos tratores agrícolas, comumente adotado pelos projetos, não é o mais recomendado. Uma possível solução seria a aquisição de um trator florestal, que pudesse atender a um conjunto de projetos.

11. AS POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTOS PRESENTES NA OFICINA

Estiveram presentes os seguintes financiadores:

Pró-Manejo (projeto para o manejo florestal no âmbito do PP-G7)

Tel: (92) 237-8211

E-mail: pmanejo@supes-am.ibama.gov.br

Funbio (Fundo para a Biodiversidade)

Tel: (21) 559-6040

E-mail: funbio@funbio.org

Website: <http://www.funbio.org>

WWF (Fundo Mundial para a Natureza)

Tel: (61) 248-2899

Website: <http://www.wwf.org.br>

PD/A (Projetos demonstrativos no âmbito do Programa Piloto para as Florestas Tropicais do Brasil - PP-G7)

Tel: (61) 317-1441

Programa Natureza e Sociedade - Suny/WWF

Tel: (61) 321-0625

E-mail: mgontijo@persocom.com.br

DFID (Department for International Development)

Tel: (61) 323-6080

E-mail: gordon.armstrong@britcour.gov

12. AS PRINCIPAIS DEMANDAS

12.1. Treinamento

Para pessoal de nível superior:

- a) certificação;
- b) sistemas agroflorestais;
- c) inventário de produtos madeireiros e não madeireiros;
- d) exploração de baixo impacto;
- e) versão do curso de exploração florestal, realizado pela Fundação Floresta Tropical, para produção florestal madeireira em pequena escala;
- f) processamento e secagem de madeira;
- g) qualidade do produto;
- h) fortalecimento de lideranças e organização de base;
- i) legislação relacionada ao MFC;
- j) intercâmbio com outros projetos.

Para pessoal de nível técnico:

- a) administração;
- b) mercado;
- c) legislação trabalhista, florestal, sanitária e fundiária;
- d) preparação de propostas;
- e) taxonomia de campo.

12.2. Relacionamento com o Ibama

- a) Maior agilidade na liberação da Autorização para Transporte de Produtos Florestais (ATPF);
- b) Estabelecer prazo para análise dos planos de manejo;
- c) Quando existirem problemas com o plano de manejo apresentado, comunicá-los de uma só vez à parte interessada;
- d) Constituir comissão especial para assuntos

relacionados ao MFC;

- e) Regulamentar o manejo de PFNMs;
- f) Cumprir com a instrução normativa nº 4 de 12/98, que estabelece o prazo para resposta a partir da data de protocolo do documento:

(4) Art. 4º - Quando se tratar de manejo florestal comunitário, a Supes atenderá às solicitações requisitadas pela Associação, estipulando prazos para o cumprimento de eventuais pendências relativas ao Plano de Manejo Florestal Sustentável.

Parágrafo único - A Associação poderá fazer uso da prerrogativa constante no caput deste artigo no máximo duas vezes consecutivas.

12.3. Pautas para a próxima oficina

- a) Geração de material didático relacionado ao MFC;
- b) Identificação de novos potenciais financiadores para continuidade dos projetos que ainda não conseguiram atingir sustentabilidade econômica, bem como para a aquisição de novos equipamentos;
- c) Palestras e discussões sobre legislação trabalhista, florestal e fundiária;
- d) Debates sobre regulamentação da exploração de PFNMs, questões fundiárias, licenciamento ambiental, gerência de associações, aspectos sanitários e licitações em geral;
- e) Deveriam acontecer duas oficinas por ano, uma para projetos já em andamento e outra específica para projetos em formação. Cada oficina deverá ter no máximo 35 participantes.

13. OS PRÓXIMOS PASSOS

O Pró-Manejo contratará um técnico para acompanhar e auxiliar o desenvolvimento dos projetos de MFC. A comissão de acompanhamento das atividades do técnico é composta por Maria

José Gontijo (Suny), Manuel Amaral (Lasat) e Antônio Carlos Hummel (Pró-Manejo). A contratação deverá ocorrer na primeira quinzena de novembro.

As primeiras tarefas para o técnico a ser contratado deverão incluir a busca de novos parceiros e financiamentos para a promoção dos cursos requeridos pelos projetos, bem como a elaboração e encaminhamento ao Ibama de documento contendo as demandas apresentadas acima. O problema da análise e aprovação dos planos de manejo, que em alguns casos pode levar até dois anos, merece atenção especial.

A legislação florestal vigente foi concebida tendo como principal objetivo a regulamentação do uso do solo em grandes propriedades e a produção florestal em grande escala, que notadamente pode causar maiores impactos ao meio ambiente do que a produção em pequena escala. Oportunamente o Código Florestal está sendo revisado pelos órgãos competentes, oferecendo assim uma grande oportunidade para a adaptação e inclusão de novos componentes que possam beneficiar as iniciativas de produção florestal comunitária ou simplesmente em pequena escala. Isto poderia promover a fixação do homem no campo e viabilizar economicamente os assentamentos humanos em áreas com aptidões florestais.

É possível que a indefinição da situação fundiária, presente na maioria dos projetos, possa ser um problema também para a certificação das unidades de manejo dos projetos de MFC. Este é o momento propício para que esta discussão seja levada para o Grupo de Trabalho FSC-Brasil, através do qual os padrões poderão ser adaptados, de acordo com as possibilidades oferecidas pelos projetos e pelos padrões mínimos exigidos pelo FSC.

14. BIBLIOGRAFIA

DIEGUES, A.C.S. **A caixeta no Vale do Ribeira: estudo socioeconômico da população vinculada à extração e ao desdobro da caixeta.** São Paulo, EDUSP, 1991. 120 p.

VIDAL, E.; GERWING, J.; BARRETO, P.; AMARAL, P.; JOHNS, J. **Redução de desperdícios na produção de madeira na Amazônia.** *Série Amazônia n.5.* Belém, Imazon, 1997. 19 p.

ANEXOS

OS PARTICIPANTES:

NOME: Eric Stoner
INSTITUIÇÃO: Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional - Usaid
CIDADE: Brasília
ESTADO: DF
E-MAIL: estoner@usaid.gov

NOME: Ykaryry Kayapó
INSTITUIÇÃO: Aldeia Aukre
CIDADE: Redenção
ESTADO: PA

NOME: Mauro José Capóssoli Armelin
INSTITUIÇÃO: Amigos da Terra - Programa Amazônia
CIDADE: São Paulo
ESTADO: SP
E-MAIL: foema@pir.terra.com.br

NOME: Francisco Lima dos Reis
INSTITUIÇÃO: Apaerk Associação xxx (?)
CIDADE: Marabá
ESTADO: PA

NOME: Marcos Bogus Avedissian
INSTITUIÇÃO: Básica Design
CIDADE: São Paulo
ESTADO: SP
E-MAIL: basica@basica.com.br

NOME: Francisco Moreira Valente
INSTITUIÇÃO: Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora
CIDADE: Boa Vista dos Ramos
ESTADO: AM
E-MAIL: imaflora@imaflora.org

NOME: Francisco Alves de Souza
INSTITUIÇÃO: Associação Seringueira de Porto Dias
CIDADE: Rio Branco
ESTADO: AC
E-MAIL: centro@mandic.com.br

NOME: Aparecido Gonçalves
INSTITUIÇÃO: Central de Associação de Pequenos Produtores Rurais de Epitaciolândia e Brasília
CIDADE: Brasília
ESTADO: AC
E-MAIL: capeb@mandic.com.br

NOME: Benno Pokorny
INSTITUIÇÃO: Cifor
CIDADE: Ananindeua
ESTADO: PA
E-MAIL: ciforbel@interconnect.com.br e pokorny@libnet.com.br

NOME: Marcelino Rosa Katuquenias
INSTITUIÇÃO: Comissão Pró-Índio do Acre
CIDADE: Cruzeiro do Sul
ESTADO: AC
E-MAIL: cpi@mdnet.com.br

NOME: Mikel Mendizabal
INSTITUIÇÃO: Comissão Pró-Índio do Acre
CIDADE: Rio Branco
ESTADO: AC
E-MAIL: cpi@mdnet.com.br

NOME: Kropidjô Xikrin
INSTITUIÇÃO: Comunidade Indígena Xikrin
CIDADE: Serra dos Carajás
ESTADO: PA

NOME: Renato Magalhães de Oliveira Souza
INSTITUIÇÃO: Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA
CIDADE: Rio Branco
ESTADO: AC
E-MAIL: centro@mandic.com.br

NOME: Stênio Cordeiro de Melo
INSTITUIÇÃO: Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA
CIDADE: Rio Branco
ESTADO: AC
E-MAIL: centro@mandic.com.br

NOME: André Pinheiro de Vasconcellos Marx
INSTITUIÇÃO: André Marx Design e Meio Ambiente
CIDADE: São Paulo
ESTADO: SP

NOME: : João Alberto Ribeiro
INSTITUIÇÃO: Ação Ecológica - Guaporé Ecoporé
CIDADE: Rolim de Moura
ESTADO: RO
E-MAIL: jribeiro@nettravelrm.com.br

NOME: Manoel Freire Correia
INSTITUIÇÃO: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa
CIDADE: Rio Branco
ESTADO: AC

NOME: Sebastião de Souza
INSTITUIÇÃO: Projeto de Manejo Pedro Peixoto - Embrapa
CIDADE: Rio Branco
ESTADO: AC

NOME: Maria do Socorro Gonçalves Ferreira
INSTITUIÇÃO: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental
CIDADE: Belém
ESTADO: PA
E-MAIL: socorro@cpatu.embrapa.br

NOME: Etel Carmona
INSTITUIÇÃO: Etel Interiores
CIDADE: São Paulo
ESTADO: SP
E-MAIL: etelcarmona@uol.com.br

NOME: Marcelo Marquesini
INSTITUIÇÃO: Departamento de Ciências Florestais / Esalq / USP
CIDADE: Piracicaba
ESTADO: SP
E-MAIL: marquesi@carpa.ciagri.usp.br

NOME: Rui Aparecido Paulo
INSTITUIÇÃO: Departamento de Ciências Florestais / Esalq / USP
CIDADE: Iguape
ESTADO: SP
E-MAIL:ibamaigp@virtualway.com.br

NOME: Philippe Waldhorff
INSTITUIÇÃO: Escola Agrotécnica Federal de Manaus
CIDADE: Manaus
ESTADO: AM
E-MAIL: agrotecm@mandic.com.br

NOME: Ildebrando Ribeiro de Carvalho
INSTITUIÇÃO: Extensão Amazônia - Projeto Lumiar
CIDADE: Marabá
ESTADO: PA

NOME: Gilberto Gomes da Silva
INSTITUIÇÃO: Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional- Projeto Gurupá - Fase
CIDADE: Belém
ESTADO: PA
E-MAIL: gurupa@amazon.com.br

NOME: José Santos Fonseca
INSTITUIÇÃO: Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional- Projeto Gurupá - Fase
CIDADE: Belém
ESTADO: PA
E-MAIL: gurupa@amazon.com.br

NOME: Sandra Regina da Costa
INSTITUIÇÃO: Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional - Projeto Demonstrativo - Fase
CIDADE: Belém
ESTADO: PA
E-MAIL: gurupa@amazon.com.br

NOME: Jádriel Moraes de Souza
INSTITUIÇÃO: Fundação Agrária do

Tocantins Araguaia - Fata

CIDADE: Marabá

ESTADO: PA

NOME: Paulo Justino da Silva

INSTITUIÇÃO: Fundação Agrária do
Tocantins Araguaia – Fata

CIDADE: Marabá

ESTADO: PA

NOME: Anizio Augusto de Souza Moura

INSTITUIÇÃO: Fundação Agrária do
Tocantins Araguaia - Fata

CIDADE: Marabá

ESTADO: PA

NOME: João Carlos Neves de Souza

INSTITUIÇÃO: Fundação de Tecnologia do
Acre - Funtac

CIDADE: Rio Branco

ESTADO: AC

E-MAIL: funtac@mandic.com.br

NOME: Francisco de Assis Monteiro

INSTITUIÇÃO: Fundação Viver Produzir e
Preservar

CIDADE: Altamira

ESTADO: PA

NOME: Bob Buschbacher

INSTITUIÇÃO: Fundo Mundial para a Vida
Selvagem - WWF

CIDADE: Brasília

ESTADO: DF

E-MAIL: bob@wwf.org.br

NOME: Ulf Rasmusson

INSTITUIÇÃO: Fundo Mundial para a Vida
Selvagem - WWF

CIDADE: Solma

ESTADO: Suécia

E-MAIL: ulf.rasmusson@wwf.se

NOME: Francisco Soares Cavalcanti

INSTITUIÇÃO: Funtac/FEA

CIDADE: Rio Branco

ESTADO: AC

NOME: Raimunda do Nascimento Paz

INSTITUIÇÃO: Grupo de Mulheres da
Comunidade São Domingos

CIDADE: Santarém

ESTADO: PA

NOME: Cláudia Maria Calorio

INSTITUIÇÃO: Grupo de Trabalho Novas
Propostas Agroecológicas - GTNA

CIDADE: Cuiabá

ESTADO: MT

E-MAIL: agritro@zaz.com.br

NOME: Viviane Araújo Gonçalves

INSTITUIÇÃO: Agência Alemã de
Cooperação Técnica - GTZ

CIDADE: Santarém

ESTADO: PA

E-MAIL: vivara@tap.com.br

NOME: Dietrich Burger

INSTITUIÇÃO: Projeto de Certificação
Florestal da Agência Alemã de Cooperação
Técnica - GTZ

CIDADE: Eschborn

ESTADO: Alemanha

E-MAIL: dietrich.burger@gtz.de

NOME: Roberto Bauch

INSTITUIÇÃO: Agência Alemã de
Cooperação Técnica - GTZ – Pró-Manejo

CIDADE: São José dos Campos

ESTADO: SP

E-MAIL: bauch@netvale.com.br

NOME: Domingos Sávio Macedo

INSTITUIÇÃO: Instituto de Manejo e
Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora

CIDADE: Manaus

ESTADO: AM

E-MAIL: domingos@imaflora.org

NOME: Patricia Shanley

INSTITUIÇÃO: Instituto para o Homem e
Meio Ambiente na Amazônia - Imazon

CIDADE: Honeoye Falls

ESTADO: NY
E-MAIL: trishanley@aol.com

NOME: Paulo Henrique Coelho Amaral
INSTITUIÇÃO: Instituto para o Homem e Meio Ambiente na Amazônia - Imazon
CIDADE: Ananindeua
ESTADO: PA
E-MAIL: phca@zaz.com.br

NOME: Maria da Glória Rodrigues Gaia
INSTITUIÇÃO: Instituto para o Homem e Meio Ambiente na Amazônia - Imazon - Grupo Mulheres da Mata
CIDADE: Cametá
ESTADO: PA

NOME: Claudia Baidier
INSTITUIÇÃO: Instituto de Biociências / DEG / USP
CIDADE: São Paulo
ESTADO: SP
E-MAIL: clbaidier@usp.br

NOME: Manoel Jorge dos Santos Oliveira
INSTITUIÇÃO: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - Ipam
CIDADE: Santarém
ESTADO: PA
E-MAIL: pvarzea@tap.com.br e joliveira@tap.com.br

NOME: Ana Cristina Mendes de Oliveira
INSTITUIÇÃO: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - Ipam
CIDADE: Belém
ESTADO: PA
E-MAIL: acmo@amazon.com.br

NOME: Luis Henrique Cunha
INSTITUIÇÃO: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - Ipam/Naea
CIDADE: Belém
ESTADO: PA
E-MAIL: lula@naea.ufpa.br

NOME: Genésio Ribeiro da Silva

INSTITUIÇÃO: Laet
CIDADE: Altamira
ESTADO: PA
E-MAIL: laet@atmnet.com.br

NOME: Iliana Salgado
INSTITUIÇÃO: Laet
CIDADE: Altamira
ESTADO: PA
E-MAIL: laet@atmnet.com.br

NOME: Claudionésio de Souza Araújo
INSTITUIÇÃO: Laboratório Socioagrônomo do Tocantins – Lasat
CIDADE: Marabá
ESTADO: PA
E-MAIL: lasat1@skorpionet.com.br

NOME: Manuel Almeida Amaral Neto
INSTITUIÇÃO: Laboratório Socioagrônomo do Tocantins - Lasat
CIDADE: Marabá
ESTADO: PA
E-MAIL: manuel@skorpionet.com.br

NOME: Richardson Mourão de Figueiredo
INSTITUIÇÃO: Laboratório Socioagrônomo do Tocantins - Lasat
CIDADE: Marabá
ESTADO: PA
E-MAIL: lasat1@skorpionet.com.br

NOME: Heloísa Helena Vasconcelos de Aquino
INSTITUIÇÃO: Laboratório Socioagrônomo do Tocantins - Lasat
CIDADE: Marabá
ESTADO: PA
E-MAIL: lasat1@skorpionet.com.br

NOME: Alírio Silva Benchimol
INSTITUIÇÃO: Mamirauá
CIDADE: Tefé
ESTADO: AM
E-MAIL: andreap@pop-tefe.rnp.br

NOME: Andrea Pires
INSTITUIÇÃO: Mamirauá
CIDADE: Tefé

ESTADO: AM
E-MAIL: andreap@pop-tefe.rnp.br

NOME: James Bampton
INSTITUIÇÃO: Mamirauá
CIDADE: Tefé
ESTADO: AM
E-MAIL: jim@pop-tefe.rnp.br e
jim@woodman2.demon.co.uk

NOME: Ima Célia Guimarães Vieira
INSTITUIÇÃO: Museu Paraense Emílio
Goeldi / Depto. de Botânica
CIDADE: Belém
ESTADO: PA
E-MAIL: ima@museu-goeldi.br

NOME: Aquiles Vasconcelos Simões
INSTITUIÇÃO: Núcleo de Estudos Integrados
sobre Agricultura Familiar - Neaf/CAP/UFPA
CIDADE: Belém
ESTADO: PA
E-MAIL: aquiles@amazon.com.br e
neafeci@nautilus.com.br e neaf@ufpa.br

NOME: Osvaldo Castro de Oliveira
INSTITUIÇÃO: Organização dos Seringueiros
de Rondônia
CIDADE: Porto Velho
ESTADO: RO
E-MAIL: osr@enter-net.com.br

NOME: Wigold Bertoldo Schäffer
INSTITUIÇÃO: Projetos Demonstrativos A -
PDA/MMA
CIDADE: Brasília
ESTADO: DF
E-MAIL: wigold.schaffer@mma.gov.br

NOME: Magna Cunha dos Santos
INSTITUIÇÃO: Pesacre
CIDADE: Rio Branco
ESTADO: AC
E-MAIL: pesacre@mdnet.com.br

NOME: Pedro Jair Gomes da Rocha
INSTITUIÇÃO: Projeto Caatinga - Produtor

Rural
CIDADE: Exu
ESTADO: PE

NOME: Ricardo Carneiro Barreto Campello
INSTITUIÇÃO: Projeto BRA 93-033 - Ibama/
Pnud
CIDADE: Crato
ESTADO: PE
E-MAIL: projeto@baydejbc.com.br

NOME: André da Silva Dias
INSTITUIÇÃO: Projeto Saúde e Alegria
CIDADE: Santarém
ESTADO: PA
E-MAIL: psa@tap.com.br e
osilva@datanetbbs.oom.br

NOME: Rossynara Batista Cabral Marques
Aguiar
INSTITUIÇÃO: Pró-Manejo
CIDADE: Manaus
ESTADO: AM
E-MAIL: pmanejo@supes-am.ibama.gov.br

NOME: Wolfran Maennling
INSTITUIÇÃO: Pró-Manejo/GTZ
CIDADE: Manaus
ESTADO: AM
E-MAIL: pmanejo@supes-am.ibama.gov.br

NOME: Antônio Carlos Hummel
INSTITUIÇÃO: Pró-Manejo/Ibama
CIDADE: Manaus
ESTADO: AM
E-MAIL: pmanejo@supes-am.ibama.gov.br e
hummel@amazonet.com.br

NOME: Sueli Gomes Pontes dos Santos
INSTITUIÇÃO: Secretaria de Agricultura e
Floresta do Amapá - Seaf
CIDADE: Macapá
ESTADO: AP

NOME: José Nicanor Pedroso de Miranda
INSTITUIÇÃO: Sindicato dos Trabalhadores
Rurais - STR

CIDADE: Santarém
ESTADO: PA

NOME: Raimundo Pereira Brito
INSTITUIÇÃO: Sindicato dos Trabalhadores
Rurais - STR
CIDADE: Itupiranga
ESTADO: PA

NOME: Antônio Gauto
INSTITUIÇÃO: Sindicato dos Trabalhadores
Rurais - STR
CIDADE: Marabá
ESTADO: PA

NOME: João Soares
INSTITUIÇÃO: Sindicato dos Trabalhadores
Rurais - STR/Coocat
CIDADE: Itupiranga
ESTADO: PA

NOME: Ademir Reis
INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Santa
Catarina - UFSC
CIDADE: Florianópolis
ESTADO: SC
E-MAIL: areis@ccb.ufsc.br

NOME: Isabelle Vidal Giannini
INSTITUIÇÃO: Instituto Socioambiental - ISA
CIDADE: Embu
ESTADO: SP
E-MAIL: giannini@that.com.br

NOME: Anna Fanzeres
INSTITUIÇÃO: Yale University (USA)
(estudante de doutorado)
CIDADE: Rio de Janeiro
ESTADO: RJ
E-MAIL: af64@alternativa.com.br